Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº:19523 /9 / 2026
DATA: 14/09/2026- 12:20:06
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO
REQ: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES L
SENHA: I4GH4AX

Camli

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA/RJ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 025/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4265/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEADM)

LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.207.352/0001-40, com sede na Av. Princesa Isabel, nº 629, Sala 901, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-360, por seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 c/c o item 23 do Edital em epígrafe, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A sessão pública do certame está agendada para o dia 18/09/2026, às 14h00min (horário de Brasília). Nos termos do item 23.1 do Edital e do art. 164, caput, da Lei nº 14.133/2021, a impugnação deve ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame, prazo este observado com a presente peça, razão pela qual deve ser conhecida.

II – DA LEGITIMIDADE

Nos termos do art. 164, caput, da Lei nº 14.133/2021 e do item 23.1 do Edital, "qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade". Ainda que assim não fosse, a Impugnante atua no mercado de administração e fornecimento de

cartões de benefícios, tendo legítimo interesse na correção das falhas apontadas, por pretender participar do certame em condições de competitividade e segurança jurídica.

III – DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a futura contratação de empresa especializada no fornecimento e recarga de cartões multibenefícios, destinados ao pagamento do benefício alimentação aos servidores do Município de Araruama/RJ, com montante estimado de créditos de R$ 4.761.600,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil e seiscentos reais) e taxa máxima estimada de administração de 1,11%.

Da análise do instrumento convocatório e do Termo de Referência que o integra, verificam-se duas irregularidades que comprometem a competitividade, a objetividade e a segurança jurídica do certame, merecendo retificação antes da abertura da sessão pública, conforme se passa a demonstrar.

IV – DO MÉRITO

IV.1 – Da vedação indevida ao arranjo de pagamento aberto

O Termo de Referência estabelece, em suas "Disposições Finais", que:

> *"Não será permitida, a modalidade 'arranjo aberto' (cartão bandeirado), uma vez que a empresa contratada deverá ter total administração e controle dos estabelecimentos que estão sendo apresentados."*

A previsão, contudo, não se sustenta à luz da legislação de regência. A Lei nº 14.442/2022, que alterou a Lei nº 6.321/1976 (Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT), inseriu o art. 1º-A, cujo inciso I expressamente autoriza a operacionalização do benefício tanto por arranjo de pagamento fechado quanto aberto, determinando, ainda, a interoperabilidade obrigatória entre eles a partir de 1º de maio de 2023:

> *"Art. 1º-A. Os serviços de pagamentos de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação de que trata esta Lei observarão o seguinte: I - A operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou*

PROCESSO Nº 19523
03
RUBRICA:

Benefício é ter Le Card.

> *aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2023."*

Verifica-se, portanto, que a norma de regência não impõe a exclusividade do arranjo fechado; ao contrário, admite expressamente ambas as modalidades, com a interoperabilidade entre redes como diretriz legal. A vedação categórica ao arranjo aberto, tal como redigida no Edital, contraria esse arcabouço normativo e restringe indevidamente a competitividade do certame, na medida em que afasta, sem amparo legal, empresas aptas a operar sob esse modelo – igualmente lícito – e que, inclusive, tende a ampliar a rede de estabelecimentos disponíveis aos beneficiários, por meio do reconhecimento de estabelecimentos pela bandeira do cartão combinado com o controle de uso por Merchant Category Code (MCC), o qual restringe a utilização do saldo exclusivamente a estabelecimentos classificados nos ramos de alimentação e refeição, preservando a finalidade do benefício.

O Tribunal de Contas da União já assentou que os requisitos editalícios relativos à rede credenciada devem conciliar o caráter competitivo do certame com a satisfação das necessidades da entidade, privilegiando o conforto e a liberdade de escolha dos beneficiários, sem que a ampliação da rede credenciada configure risco ao erário ou direcionamento:

> *"Os requisitos definidos em edital voltados à rede credenciada devem buscar compatibilizar o caráter competitivo do certame com a satisfação das necessidades da entidade visando garantir o conforto e a liberdade de escolha dos funcionários da instituição para a aquisição de gêneros alimentícios, o que se insere no campo da discricionariedade do gestor, não se constituindo [...] em indício de direcionamento do procedimento licitatório ou perigo de lesão ao erário, sendo, essencialmente, parte fundamental do objeto da licitação" (Acórdão nº 212/2014 – TCU – Plenário).*

Nesse sentido, e à luz do art. 20 da LINDB – segundo o qual não se decide, na esfera administrativa, com base em valores jurídicos abstratos sem consideração das consequências práticas –, a vedação ao arranjo aberto não se mostra motivada em termos de vantajosidade, competitividade ou isonomia, restringindo sem necessidade técnica a disputa a empresas organizadas exclusivamente sob arranjo fechado.

PROCESSO Nº 19523
FLS. 04
RUBRICA

Le Card Administradora de Cartões Ltda
Avenida Princesa Izabel, nº 629, 9º andar, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP.: 29.010-360

Benefício é ter Le Card.

Requer-se, assim, a retificação do Edital e do Termo de Referência para que seja admitida também a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto (cartões nas bandeiras Visa, Mastercard, Elo, entre outras), sem prejuízo da manutenção da possibilidade de operação em arranjo fechado às licitantes que assim optarem.

IV.2 – Da ausência de parâmetro objetivo e mensurável para a cobertura mínima da rede credenciada

O Edital exige, sob o título "Rede Credenciada", que a solução contratada assegure:

> *"Aceitação MUNICIPAL em supermercados, padarias, restaurantes, hortifrutis etc. [...] Cobertura mínima de 70% em até 3 meses e 80% até 6 meses."*

O item 12 do Termo de Referência - Critérios para Avaliação da Rede Credenciada - repete a exigência, associando-a a "levantamento de mercado prévio" que, todavia, não é disponibilizado aos licitantes:

> *"Para garantir que os servidores tenham acesso facilitado ao benefício, a rede credenciada deverá abranger, no mínimo, 70% dos supermercados e padarias da sede do município em até 3 (três) meses e 80% de cobertura mínima obrigatória até o 6º (sexto) mês de vigência contratual, conforme levantamento de mercado prévio."*

A exigência, embora legítima quanto à sua finalidade, é **redigida de forma genérica e sem qualquer parâmetro quantitativo objetivo.** O Edital e o Termo de Referência não informam o universo total de estabelecimentos (supermercados, padarias, restaurantes, hortifrutis etc.) existentes na sede do Município que serviria de base de cálculo para os percentuais de 70% e 80%, tampouco disponibilizam o "levantamento de mercado prévio" a que fazem referência.

Sem a explicitação desse quantitativo-base, o critério é inverificável tanto pelos licitantes – que não têm como dimensionar, na fase de proposta, o esforço e o custo necessários ao cumprimento da meta – quanto pela própria Administração, na fase de fiscalização contratual, o que compromete o julgamento objetivo e a isonomia entre os concorrentes, além de poder favorecer, na prática, empresas que já disponham de rede credenciada prévia no Município, em prejuízo da competitividade.

PROCESSO Nº 19523
FLS 05
RUBRICA

Le Card Administradora de Cartões Ltda
Avenida Princesa Izabel, nº 629, 9º andar, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP.: 29.010-360

Benefício é ter Le Card.

A exigência de definição precisa, suficiente e clara do objeto licitado, como pressuposto da isonomia e da própria competitividade do certame, é entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União:

> *"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subordinado o princípio da publicidade, que só assume relevância quando é observada aquela regra, pois de nada adiantaria a publicação de um edital [...] que não permitisse o conhecimento, por todos os concorrentes, das condições básicas da licitação" (Súmula TCU nº 177).*

A ausência de parâmetro objetivo também contraria os princípios da legalidade, do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da competitividade, insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como o dever de que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência tragam a estimativa de quantidades e demais elementos que permitam a mensuração objetiva do objeto contratado, nos termos do art. 18 da mesma Lei.

Requer-se, portanto, a retificação do Edital e do Termo de Referência para que seja disponibilizado o levantamento de mercado que fundamentou os percentuais de cobertura exigidos (70% em até 3 meses e 80% em até 6 meses), com a indicação expressa do quantitativo total de estabelecimentos aptos, por categoria, existentes na sede do Município, tornando a exigência objetivamente mensurável e verificável tanto para fins de apresentação de proposta quanto de fiscalização contratual.

V – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

a) o conhecimento e provimento da presente impugnação, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

b) a retificação do Edital e do Termo de Referência para admitir, também, a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, sem prejuízo da manutenção da possibilidade de operação em arranjo fechado às licitantes que assim optarem;

PROCESSO Nº 19523
FLS 06
RUBRICA:

Le Card Administradora de Cartões Ltda
Avenida Princesa Izabel, nº 629, 9º andar, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP.: 29.010-360

Benefício é ter Le Card.

c) a retificação do item "Rede Credenciada" / "Critérios para Avaliação da Rede Credenciada" do Termo de Referência, com a disponibilização do levantamento de mercado que fundamentou os percentuais de cobertura mínima exigidos (70% em até 3 meses e 80% em até 6 meses) e a indicação expressa do quantitativo total de estabelecimentos aptos, por categoria, na sede do Município, tornando o critério objetivo e mensurável, ou, subsidiariamente, a sua exclusão;

d) caso acolhida a presente impugnação, a designação de nova data para a sessão pública, com a devida publicidade, nos termos do item 23.3 do Edital.

Nesses termos,
Pede Deferimento.

Vitória/ES, 14 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Data: 14/09/2026 10:55:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
CPF Nº [redacted]
Analista de licitações

PROCESSO Nº 19523
FLS 09
RUBRICA:

Le Card Administradora de Cartões Ltda
Avenida Princesa Izabel, nº 629, 9º andar, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP.: 29.010-360

17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ 19.207.352/0001-40 - NIRE 32203082512

ANDRÉ MARCHIORI POLIDO, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 07 de maio de 1994, portador da carteira de identidade n.º [redacted] SSP/ES e inscrito no CPF n.º [redacted], residente e domiciliado na Rua João Vieira Simões, n.º 80, Ilha do Frade, Vitória/ES, CEP 29.057-090, filho de Alascioilton Dias Polido e Andressa Maria Marchiori Polido.

AFONSO MARCHIORI POLIDO, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 11 de agosto de 1997, portador da carteira de identidade n.º [redacted] SSP/ES e inscrito no CPF n.º [redacted] residente e domiciliado na Rua João Vieira Simões, n.º 80, Ilha do Frade, Vitória/ES, CEP 29.057-090, filho de Alascioilton Dias Polido e Andressa Maria Marchiori Polido.

VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.207.884/0001-46 e NIRE/JUCEES n.º 32300041507, com sede na cidade de Vitória/ES, na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 955, Edifício Global Tower, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, representada por **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o n.º [redacted] e RG [redacted] SSP/ES, domiciliado na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335.

Únicos sócios da sociedade empresária **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, com ato constitutivo registrado na JUCEES sob o NIRE n.º 32203082512, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.207.352/0001-40, com sede na Av. Princesa Isabel, n.º 629, sala 901, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-360, resolvem alterar o contrato social da empresa nos termos abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ABERTURA DE FILIAL

Os sócios decidem pela abertura de uma filial na Avenida Da França, nº 393, Edifício Terminal de Navios e Turismo, 2º Pavimento, Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40010-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO

Em decorrência das alterações, os sócios resolvem reescrever o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação, conforme a Lei n.º 10.406/2002:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ sob o n.º 19.207.352/0001-40 - NIRE n.º 32203082512

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade denomina-se **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA** e rege-se pela Lei n.º 10.406 de 10/01/2002 e pelas demais normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE E FILIAL

A sociedade tem sua sede na Avenida Princesa Isabel, n.º 629, sala 901, Edifício Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-361.

PROCESSO Nº 19523
FLS 08
RUBRICA:

17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ 19.207.352/0001-40 - NIRE 32203082512

- **FILIAL 01:** Situada na Avenida Princesa Isabel, n.º 629, sala 902, Edifício Vitória Center, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-361, inscrita no CNPJ 19.207.352/0004-93 e NIRE 32900686657, exercendo as atividades da matriz.

- **FILIAL 02:** Situada na Alameda Araguaia, nº2190, SALA 908 CEA II EDIFICO 1, Alphaville Industrial, Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06.455-000, inscrita no CNPJ 19.207.352/0005-74 e NIRE 35920318605, exercendo as atividades da matriz, exercendo as atividades da matriz.

- **FILIAL 03:** Situada na Avenida Da França, nº 393, Edifício Terminal de Navios e Turismo, 2º Pavimento, Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40010-000, exercendo as atividades da matriz.

Parágrafo único: A sociedade pode abrir e manter filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observando as disposições legais vigentes (art. 997, II, Lei n.º 10.406/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL
A sociedade tem por objeto social a emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares, bem como atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, e a administração de cartões de crédito, nos seguintes ramos de atividade:

1. Prestação de serviços de administração por meio de cartão magnético para:
   a. Benefícios previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador):
   i. Alimentação;
   ii. Refeição;
   b. Convênios;
   c. Combustíveis;
   d. Gestão de frotas;
   e. Farmácias;
2. Gravação e impressão de cartões magnéticos;
3. Locação, instalação e manutenção de equipamentos.

Codificação das atividades econômicas:

- **8299-7/02**: Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares;
- **7490-1/04**: Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- **6613-4/00**: Administração de cartões de crédito.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL
O capital social é de **R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais)**, dividido em 21.000.000 (vinte e um milhões) de quotas de capital, de valor unitário de R$ 1,00 (um real), totalmente subscritas, e integralizadas em moeda corrente do País até o dia 31/12/2025, com a seguinte distribuição entre os sócios:

PROCESSO Nº 19523
FLS 09
RUBRICA:

17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ 19.207.352/0001-40 - NIRE 32203082512

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR INTEGRALIZADO	VALOR A INTEGRALIZAR	%
ANDRÉ MARCHIORI POLIDO	7.000.000	5.385.870,00	1.614.130	33,33%
AFONSO MARCHIORI POLIDO	7.000.000	5.385.870,00	1.614.130	33,33%
VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A	7.000.000	5.385.870,00	1.614.130	33,33%
TOTAL	**21.000.000**	**16.157.610,00**	**4.842.390**	**100%**

Parágrafo único: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406 de 10/01/2002.

CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo administrador não sócio, **ERLY VIEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 04/05/1952, portador da carteira de identidade n.º 4.627.398-0 SSP/SP e inscrito no CPF n.º 228.281.416-91, residente e domiciliado na Rua Elesbão Linhares, n.º 515, apto 101, Praia do Canto, Vitória/ES. Ele exercerá suas funções de forma individual, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, com plenos poderes para conduzir os objetivos sociais e garantir o funcionamento da empresa.

Parágrafo Primeiro: O administrador não sócio, juntamente com o diretor financeiro não sócio, não administrador **GERVANDO THOMPSON DA SILVA**, inscrito no CPF n.º 079.128.887-05, responderão solidariamente pelas questões de ordem contábil e fiscal, bem como pelas eventuais falhas nos controles internos da empresa. Ambos serão responsabilizados administrativa e criminalmente pelos prejuízos causados à sociedade ou a terceiros (artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002).

Parágrafo Segundo: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, seja por lei especial, seja por condenação criminal, incluindo as hipóteses de crime falimentar, prevaricação, suborno, peculato, crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro, fé pública ou propriedade (artigo 1.011, parágrafo 1º, do Código Civil de 2002).

PROCESSO Nº 19523
FLS 10
RUBRICA:

17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ 19.207.352/0001-40 - NIRE 32203082512

Parágrafo Terceiro: Dependerão de quóruns especiais as deliberações constantes dos artigos 1.071 e 1.076 do Código Civil de 2002, com a possibilidade de admissão de parecer opinativo do Conselho de Administração, conforme a Cláusula Sétima.

Parágrafo Quarto: A prévia autorização da maioria dos sócios será necessária para as seguintes deliberações, observadas as respectivas quotas sociais e critérios de desempate, após parecer opinativo especial do Conselho de Administração:

1. Distribuição de lucros ou perdas, especialmente em situações que exijam aportes de capital, para posterior pagamento pela sociedade;
2. Prestação de fianças ou avais pela sociedade;
3. Concessão de créditos acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo sócios;
4. Assunção de débitos acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo sócios;
5. Participação em licitações cujo valor anual ou prazo de pagamento seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou com taxas de deságio superiores a 10%;
6. Aquisição ou alienação de bens móveis acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou imóveis acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
7. Nomeação de diretores não empregados, que serão indicados pelo administrador não sócio, com remuneração a ser determinada e arquivada na Junta Comercial.

Parágrafo Quinto: O administrador não sócio será escolhido em reunião extraordinária de sócios, pela maioria deles, observadas suas respectivas quotas sociais e critérios de desempate, com remuneração sujeita a revisão ou ratificação anual. O termo de nomeação será arquivado na Junta Comercial para conhecimento de terceiros, sem necessidade de alteração do contrato social.

Parágrafo Sexto: A destituição do administrador não sócio também dependerá de reunião extraordinária de sócios, por maioria, com a escolha de um novo administrador conforme previsto no parágrafo anterior, sendo ambos os termos arquivados na Junta Comercial para conhecimento de terceiros.

Parágrafo Sétimo: Em caso de impossibilidade do exercício das funções pelo administrador não sócio, será nomeado interinamente um dos diretores, por aclamação da maioria dos sócios, até que seja realizada reunião extraordinária para nomeação de um novo administrador.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração será composto por sete membros, dos quais três serão os sócios pessoas físicas e o representante legal da sócia pessoa jurídica. Os demais três membros serão escolhidos individualmente por cada um dos sócios, sem interferência dos demais, sendo o administrador não sócio o sétimo membro.

Parágrafo Primeiro: O administrador não sócio atuará como secretário das reuniões do Conselho de Administração, responsável por elaborar a pauta e a ata: a primeira, com

PROCESSO Nº 19523
FLS 11
RUBRICA

antecedência mínima de 15 dias, e a segunda, a ser aprovada na reunião subsequente. O administrador não votará em questões de nomeação e destituição de administradores, ou em assuntos de seu interesse, conforme decisão dos demais membros.

Parágrafo Segundo: A presidência do Conselho será vedada ao administrador não sócio, sendo aberta a qualquer outro membro, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Terceiro: O voto de desempate caberá aos sócios, conforme suas quotas sociais e as regras de desempate previstas na lei civil para sociedades limitadas.

Parágrafo Quarto: Os membros do Conselho poderão receber remuneração por reunião, conforme deliberação dos sócios, sem vínculo empregatício e mediante emissão de nota fiscal.

Parágrafo Quinto: O Conselho terá caráter "opinativo" em regra, "opinativo especial" em casos previstos na Cláusula Sexta, parágrafo terceiro, e "essencial" em conformidade com o parágrafo primeiro da Cláusula Oitava.

Parágrafo Sexto: As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos, sendo presumido o quórum de aprovação quando este contrato for omisso.

CLÁUSULA SETIMA – DA SUCESSÃO E DO ANTINEPOTISMO

Fica vedada a prestação de serviços à sociedade, a qualquer título — inclusive como sucessor, procurador ou mandatário — por quem seja companheiro(a) ou cônjuge dos sócios pessoas físicas ou do representante legal da sócia pessoa jurídica, assim como por parentes desses em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, ou de seus cônjuges ou companheiros (parentesco por afinidade). As vedações permanecem mesmo após o término do casamento ou união estável.

Parágrafo Primeiro: Essa vedação poderá ser afastada em situações excepcionais, mediante voto unânime dos sócios e aprovação de parecer essencial por maioria do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Em caso de falecimento ou incapacidade civil dos sócios pessoas físicas, do representante da sócia pessoa jurídica, ou de falência desta, a sociedade não será dissolvida, nem haverá direito de liquidação da parte do sócio falecido ou incapaz, devendo-se observar as regras de sucessão patrimonial das quotas sociais previstas no Código Civil.

Parágrafo Terceiro: Em casos de retirada de sócios, seja de forma voluntária ou judicial, será concedido um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a elaboração de um balanço para apuração de haveres, e mais 180 (cento e oitenta) dias para pagamento da cota do retirante pela sociedade. Será franqueada a aquisição da referida cota por outro sócio, observado o direito de preferência.

CLÁUSULA OITAVA – DOS LUCROS E PERDAS

PROCESSO Nº 19523
FLS 12
RUBRICA:

17ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ 19.207.352/0001-40 - NIRE 32203082512

O término do exercício social será em 31 de dezembro de cada ano, quando será feito o balanço anual, sendo os lucros e prejuízos apurados distribuídos ou atribuídos aos sócios na proporção de suas quotas de capital.

Parágrafo Primeiro: Poderão ser levantados balanços intermediários e, havendo resultados positivos, esses poderão ser distribuídos como antecipação de lucros.

CLÁUSULA NONA – FORO
Fica eleito o foro da comarca de Vitória/ES para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja o domicílio das partes interessadas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, que será levado a registro.

Vitória/ES, 29 de maio de 2025.

ASSINATURAS:

ANDRÉ MARCHIORI POLIDO
AFONSO MARCHIORI POLIDO

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A
Representada por Frederico Luiz Bobbio Lima

Administrador:
ERLY VIEIRA

Diretor Financeiro:
Gervando Thompson da Silva

PROCESSO Nº 19523
FLS. 13
RUBRICA:

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
[redacted]	ANDRE MARCHIORI POLIDO
	AFONSO MARCHIORI POLIDO
	ERLY VIEIRA
	FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/06/2025 09:52 SOB Nº 20250885611.
PROTOCOLO: 250885611 DE 13/06/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12509801197. CNPJ DA SEDE: 19207352000140.
NIRE: 32203082512. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/05/2025.
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

JUCEES

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

PROCESSO Nº 1923
FLS 14
RUBRICA:

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ/MF nº 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021

Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um (20/09/2021), às 14 horas, na sede da empresa **VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.207.884/0001-46 e NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507, localizada na Cidade de Vitória/ES, Estado do Espírito Santo, na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, Edifício Global Tower, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335 os abaixo-assinados e adiante nomeados e qualificados reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, representando a totalidade do capital social; compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação, com o objetivo específico de deliberar sobre eleição e reeleição dos membros da diretoria, podendo estes ser acionistas ou não, alteração do capital social com autorização de valor e conversão das classes de ações ordinárias e preferenciais.

Presentes na assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social: **MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, domiciliada à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050.335, portadora da C.I. nº [redacted], expedida em 26.08.1996, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted], natural de Afonso Cláudio/ES, nascida em 28.10.1961, filha de Eustrasival Gomes de Aguiar e Jandira Martins de Aguiar, com 48.000 (quarenta e oito mil) ações ordinárias, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito reais); **ELISA DE AGUIAR LIMA**, brasileira, solteira, estudante, domiciliada à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050.335, portadora da C.I. nº [redacted], expedida em 16/10/2015, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted] nascida em 10.08.1997, natural de Vitória/ES, filha de Frederico Luiz Bobbio Lima e Margareth Martins de Aguiar Lima, com 16.000 (dezesseis mil) ações ordinárias, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais); **LUIZA DE AGUIAR LIMA,** brasileira, solteira, estudante, domiciliada à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050.335, portadora da C.I. nº [redacted], expedida em 16/10/2005, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted] nascida em 10.08.1997, natural de Vitória/ES, filha de Frederico Luiz Bobbio Lima e Margareth Martins de Aguiar Lima, com 16.000 (dezesseis mil) ações ordinárias, subscritas e

PROCESSO Nº 19523
FLS 15
RUBRICA:

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ/MF nº 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507

integralizadas, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, portador da C.I. nº [redacted], expedida em 12.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], natural de Conceição da Barra/ES, nascido em 10.06.1957, filho de Paulo José Lima e Dária Bobbio de Lima, com 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações ordinárias, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Assim reunidos, assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Frederico Luiz Bobbio Lima, que convidou a mim, Sr. Filipe Puppin Saitt Pereira Ribeiro, para secretariá-lo. Constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou a assembleia instalada.

Após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, deliberaram por autorizar o aumento do capital social no limite de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). As ações da companhia ficam classificadas em ordinárias e preferenciais. Fica decidido que o capital social será aumentado para R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com recursos oriundos da conta reserva de lucros apurados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020, sendo 15.000.000 (quinze milhões) em ações ordinárias e 5.000.000 (cinco milhões) em ações preferenciais sem valor nominal conforme boletim de subscrição anexo a presente ata. Deliberaram ainda sobre a eleição e reeleição dos membros da diretoria acionistas ou não, cabendo ao diretor presidente comandar a execução da política, das diretrizes e das atividades gerais da Companhia fixadas pelos acionistas, presidir as reuniões da Diretoria, coordenar as atividades das áreas econômico-financeiras e contábeis da Companhia, a tesouraria e a controladoria, bem como coordenar a execução das operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração. Cabe também ao diretor presidente representar a companhia no relacionamento com órgãos governamentais, com mandato de 3 (três) anos contados da presente data, e que nesta data firmam os termos de posse que constam do anexo, das seguintes pessoas:

(a) **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, portador da C.I. nº [redacted], expedida em 12.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], natural de Conceição da Barra/ES,

PROCESSO Nº 19523
FLS. 16
RUBRICA:

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ/MF nº 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507

nascido em 10.06.1957, filho de Paulo José Lima e Dária Bobbio de Lima, para o cargo de diretor presidente.

(b) **FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Rua João Pessoa de Mattos, n° 158, Apto 101, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29.101-115, portador da C.I. nº [redacted] ES, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], natural de Vila Velha/ES, nascido em 19.10.1982, filho de José Pereira Ribeiro e Amelia Ercelina Saitt Ribeiro, para o cargo de diretor.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ante o silêncio dos presentes, encerrou os trabalhos suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos. ACIONISTAS PRESENTES: MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA, ELISA DE AGUIAR LIMA, LUIZA DE AGUIAR LIMA e FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA.

A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Vitória-ES, 20 de Setembro de 2021.

_____

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
Presidente da Mesa/Diretor
CPF: [redacted]

_____

FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO
Secretário da Mesa/Diretor
CPF: [redacted]

PROCESSO Nº 19523
FL 17
RUBRICA:

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ/MF nº 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507

ACIONISTAS:

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
CPF: [redacted]

MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA
CPF: [redacted]

ELISA DE AGUIAR LIMA
CPF: [redacted]

LUIZA DE AGUIAR LIMA
CPF: [redacted]

ADVOGADA

LETICIA COMARELA BARBOSA BORGES
OAB/ES [redacted]

PROCESSO Nº 1952 3
FLS 18
RUBRICA:

ESTATUTO SOCIAL

VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES 32.300.041.507

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1°: DENOMINAÇÃO

Sob a denominação de **"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A."**, é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2°: ENDEREÇO DA SEDE

A companhia tem sede e foro na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, Sala 707, Enseada do Suá - Vitória/ES, CEP. 29050-335, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral.

Artigo 3°: ATIVIDADES DA EMPRESA

A Companhia tem por objeto a atividade de holding de instituições não financeiras e outras sociedades de participação, exceto holdings.

Artigo 4°: PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
Do Capital Social e das Ações

Artigo 5°: CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado conforme boletim de subscrição em moeda corrente nacional é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações preferenciais e 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias, sem valor nominal.

PROCESSO Nº 19523
FLS. 19
RUBRICA:

Parágrafo 1° - Cada ação ordinária equivalerá 1 (um) voto na Assembleia Geral.

Parágrafo 2° - As ações preferenciais terão as seguintes características: (I) não conceder a seu acionista o direito de voto em quaisquer deliberações da companhia; (II) conceder prioridade aos acionistas no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia; e (III) são conversíveis na mesma qualidade de ações ordinária mediante deliberação dos acionistas da companhia.

Parágrafo 3° - A Companhia poderá contratar o serviço de ações escriturais junto à instituição financeira autorizada, indicada pelo Conselho de Administração, situação em que as ações serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, podendo, nesse caso, ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3° do art. 35 da Lei n° 6.404/76.

Parágrafo 4° - A Companhia poderá emitir debêntures simples ou conversíveis em ações, por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 5° - Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei n° 6404/76, sendo certo que tais aumentos poderão ser realizados mediante subscrição pública ou privada de ações, por conversão de debêntures ou incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.

Parágrafo 6° - O pagamento dos dividendos e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital, quando for o caso, realizar-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o primeiro, contado da sua declaração, a segunda, contada da publicação da ata respectiva na forma da lei, salvo se a assembleia geral, quanto ao

PROCESSO Nº 19523
FLS. 20
RUBRICA:

dividendo, determinar que este seja pago em prazo superior, mas no curso do exercício social em que for declarado.

Parágrafo 7° - As ações participarão dos dividendos do exercício em que forem emitidas da seguinte forma: (i) as ações subscritas até 30 de junho de cada exercício farão jus aos dividendos integrais do referido exercício social; (ii) as ações subscritas a partir de 1° de julho de cada exercício farão jus a metade dos dividendos distribuídos no referido exercício social.

Artigo 6° - A companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante deliberação dos acionistas, que fixarão o número de ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação.

Parágrafo Único - A diretoria poderá aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas se a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle.

CAPÍTULO III

Da Administração

Artigo 7° - A administração normativa da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto social.

SEÇÃO I

Da Diretoria

Artigo 8° - A Diretoria é composta de 2 (dois) membros acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pelos acionistas. O Diretor Presidente da Companhia terá as seguintes atribuições:

PROCESSO Nº 19523
FLS 29
RUBRICA:

Comandar a execução da política, das diretrizes e das atividades gerais da Companhia fixadas pelos acionistas, presidir as reuniões da Diretoria, coordenar as atividades das áreas econômico-financeiras e contábeis da Companhia, a tesouraria e a controladoria, bem como coordenar a execução das operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração. Cabe também ao diretor presidente representar a companhia no relacionamento com órgãos governamentais.

Parágrafo 1° - O prazo de gestão de cada Diretor será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Parágrafo 2° - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3° - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverão os acionistas designar substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores.

Parágrafo 5° - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria.

Artigo 9° - Além das atribuições previstas neste Estatuto Social, compete à Diretoria:

a) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelos acionistas;

b) elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, quando assim solicitados pelos acionistas;

c) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia;

d) submeter aos acionistas o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que os membros se referirem;

e) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos.

PROCESSO Nº 19523
FLS 22
RUBRICA:

ESTATUTO SOCIAL

VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES 32.300.041.507

Artigo 10° - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos e operações que impliquem em responsabilidade societária é, como regra, privativa de dois Diretores em conjunto, podendo a Companhia, alternativamente, ser representada por um Diretor em conjunto com um procurador, desde que o instrumento de mandato tenha sido outorgado em nome da Companhia por dois Diretores em conjunto.

Parágrafo Único - A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais; representar-se-á, nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar.

Artigo 11° - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados, devendo, ainda, conter prazo determinado, salvo nos casos de outorga de poderes da cláusula "ad judicia".

Artigo 12° - A remuneração dos Diretores será fixada global e anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1° do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 1° - A verba para honorários "pró-labore" paga em duodécimos, assim como a de participação, será partilhada aos Diretores, por deliberação dos acionistas, consignada, por termo, no livro próprio.

Parágrafo 2° - O empregado de alto nível, eleito pelos acionistas para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso, passando a receber honorários e eventual participação nos lucros na forma estabelecida neste

PROCESSO Nº 19523
FLS 23
RUBRICA:

estatuto, ficando-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado, de acordo com a legislação social vigente.

Artigo 13° - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer dos seus Diretores.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos.

CAPÍTULO V

Das Assembleias Gerais

Artigo 14° - A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á:

a) Ordinariamente nos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social para:

I - Tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso;

III - Fixar a remuneração dos administradores.

b) Extraordinariamente, sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas.

Artigo 15° - A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um dos diretores. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia.

Artigo 16° - Os anúncios de convocação, publicados na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

PROCESSO Nº 19523
FLS 24
RUBRICA

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social

Artigo 17 - O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 18° - Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Artigo 19° - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 20° - A Diretoria apresentará à Assembleia Geral para aprovação proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;

b) Importância destinada a formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;

c) Montante destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar;

d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

PROCESSO Nº 19523
FLS. 25
RUBRICA:

Artigo 21° - A Companhia, por deliberação dos acionistas, poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO VII
Da Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 22° - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Parágrafo Único - Os acionistas nomearão o liquidante e a assembleia geral determinará o modo de liquidação.

CAPÍTULO VIII
Disposição Geral

Artigo 23° - A Companhia, a qualquer tempo, objetivando aperfeiçoar seus serviços e adaptar-se às novas técnicas de administração, poderá adotar processos mecânicos de emissão e autenticação de documentos de efeitos mercantis, obedecendo a padrões e sistemas consagrados em usos e praxes em vigor.

Vitória-ES, 20 de Setembro de 2021.

Acionistas

MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA
CPF: [redacted]

LUIZA DE AGUAR LIMA
CPF: [redacted]

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
CPF: [redacted]

ELISA DE LIMA AGUIAR
CPF: [redacted]

PROCESSO Nº 19523
FLS. 26
RUBRICA:

QUADRO DE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

ACIONISTAS	% AÇÕES ORDINARIAS	% AÇÕES PREFERENCIAIS	AÇÕES SUBSCRITAS	CAPITAL INTEGRALIZADO
MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA		50%	3.000.000	3.000.000,00
FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA	100%		15.000.000	15.000.000,00
LUIZA DE AGUIAR LIMA		25%	1.000.000	1.000.000,00
ELISA DE AGUIAR LIMA		25%	1.000.000	1.000.000,00
TOTAL	**100%**	**100%**	**20.000.000**	**20.000.000,00**

Vitória/ES, 20 de Setembro de 2021.

MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA

LUIZA DE AGUIAR LIMA

ELISA DE AGUIAR LIMA

PROCESSO Nº 19523
FLS 22
RUBRICA

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
"VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

I - SUBSCRITOR: MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, domiciliada à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Sala 707, Ed. Global Tower, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-335, portadora da C.I. nº [redacted], inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted], natural de Afonso Cláudio/ES, nascida em 28/10/1961, filha de Eustrasival Gomes de Aguiar e Jandira Martins de Aguiar.

II - Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS: 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais e nominativas sem valor nominal.

III - VALOR DA SUBSCRIÇÃO: R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

IV - FORMA E PRAZO DA INTEGRALIZAÇÃO: R$ 2.952.000,00 (dois milhões novecentos e cinquenta e dois mil reias) integralizados neste ato provenientes da conta reserva de lucros acumulados no balanço patrimonial apurado em 31.12.2020.

Vitória/ES, 20 de Setembro de 2021.

MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA

PROCESSO Nº 19523
FL. 28
RUBRICA

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

I - **SUBSCRITOR: LUIZA DE AGUIAR LIMA**, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-335, portadora da C.I. nº [redacted] P/ES, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted] nascida em 10/08/1997, natural de Vitória/ES, filha de Frederico Luiz Bobbio Lima e Margareth Martins de Aguiar Lima.

II - **Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS**: 1.000.000 (hum milhão) ações preferenciais e nominativas sem valor nominal.

III - **VALOR DA SUBSCRIÇÃO**: R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

IV - **FORMA E PRAZO DA INTEGRALIZAÇÃO**: R$ 984.000,00 (novecentos e oitenta e quatro mil reias) integralizados neste ato provenientes da conta reserva de lucros acumulados no balanço patrimonial apurado em 31.12.2020.

Vitória/ES, 20 de Setembro de 2021.

LUIZA DE AGUIAR LIMA

PROCESSO Nº 19523
FLS 29
RUBRICA:

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

I - SUBSCRITOR: ELISA DE AGUIAR LIMA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-335, portadora da C.I. nº [redacted]/ES, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted], nascida em 10/08/1997, natural de Vitória/ES, filha de Frederico Luiz Bobbio Lima e Margareth Martins de Aguiar Lima.

II - Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS: 1.000.000 (hum milhão) ações preferenciais e nominativas sem valor nominal.

III - VALOR DA SUBSCRIÇÃO: R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

IV - FORMA E PRAZO DA INTEGRALIZAÇÃO: R$ 984.000,00 (novecentos e oitenta e quatro mil reais) integralizados neste ato provenientes da conta reserva de lucros acumulados no balanço patrimonial apurado em 31.12.2020.

Vitória/ES, 20 de Setembro de 2021.

ELISA DE AGUIAR LIMA

PROCESSO Nº 19523
FLS 30
RUBRICA

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
"VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

I - SUBSCRITOR: FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, portador da C.I [redacted] SSP/ES, expedida em 12.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o n° [redacted], natural de Conceição da Barra/ES, nascido em 10.06.1957, filho de Paulo José Lima e Dária Bobbio de Lima.

II – N° DE AÇÕES SUBSCRITAS: 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

III – VALOR DA SUBSCRIÇÃO: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

IV – FORMA E PRAZO DA INTEGRALIZAÇÃO: R$ 14.760.000,00 (quatorze milhões setecentos e sessenta mil reais) integralizados neste ato provenientes da conta reserva de lucros acumulados no balanço patrimonial apurado em 31.12.2020.

Vitória/ES, 20 de Setembro de 2021.

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA

PROCESSO Nº 19523
FLS 31
RUBRICA

TERMO DE POSSE
"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2021 às 10:00 horas, na sede da empresa sito à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, Edifício Global Tower, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-335, cumprindo o disposto no Estatuto Social, TOMAM POSSE DA DIRETORIA da empresa **"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"** para o mandato iniciando-se no dia 20/09/2021, Os Srs: **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA** e **FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO,** ficando assim constituída a Diretoria.

DIRETOR PRESIDENTE: FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, portador da C.I. n° [redacted], expedida em 12.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o n° [redacted] natural de Conceição da Barra/ES, nascido em 10.06.1957, filho de Paulo José Lima e Dária Bobbio de Lima, para o mandato de 3 (três) anos.

DIRETOR: FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Rua João Pessoa de Mattos, n° 158, Apto 101, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29.101-115, portador da C.I. n° [redacted], inscrito no CPF/MF sob o n° [redacted] natural de Vila Velha/ES, nascido em 19.10.1982, filho de José Pereira Ribeiro e Amelia Ercelina Saitt Ribeiro, para o mandato de 3 (três) anos.

Os diretores **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA** e **FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO,** declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Todos foram eleitos em reunião realizada no dia 20 de setembro de 2021, de conformidade com as disposições estatutárias.

Para constar, foi lavrada ata e assinada pelos presentes.
E, por estarem firmados.

Vitória/ES, 20 de setembro de 2021.

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
Diretor Presidente

FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO
Diretor

PROCESSO Nº 19523
FLS 32
RUBRICA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VCP - VITORIA CAPITAL PARTICIPACOES S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
[redacted]	LETICIA COMARELA BARBOSA BORGES
[redacted]	Filipe Puppin Saitt Pereira Ribeiro
[redacted]	ELISA DE AGUIAR LIMA
[redacted]	LUIZA DE AGUIAR LIMA
[redacted]	FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
[redacted]	MARGARETH MARTINS DE AGUIAR LIMA

JUCEES

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2021 14:19 SOB Nº 20211342106.
PROTOCOLO: 211342106 DE 03/11/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109186182. CNPJ DA SEDE: 32207884000146.
NIRE: 32300041507. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/12/2021.
VCP - VITORIA CAPITAL PARTICIPACOES S/A

PAULO CESAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

PROCESSO Nº 14523
FLS. 33
RUBRICA

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ/MF nº 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Ao 01 dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três (01/12/2023), às 14 horas, na sede da empresa **VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.207.884/0001-46 e NIRE/JUCEES nº 32.300.041.507, localizada na Cidade de Vitória/ES, Estado do Espírito Santo, na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, Edifício Global Tower, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335 os abaixo-assinados e adiante nomeados e qualificados reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, representando a totalidade do capital social; compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação, com o objetivo específico de deliberar sobre a composição do quadro diretivo que será de 1 membro e no máximo 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores, se nomeados, Diretores sem designação específica, residente no país, eleito pelos acionistas; Eleição e reeleição do membro da diretoria, podendo este ser acionista ou não.

Assim reunidos, assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Frederico Luiz Bobbio Lima, que convidou a mim, Sr. Filipe Puppin Saitt Pereira Ribeiro, para secretariá-lo. Constituída a mesa, o Sr. Presidente declarou a assembleia instalada.

Após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, deliberaram por autorizar que a composição do quadro diretivo seja por no mínimo 1 membro e no máximo 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores, se nomeados, Diretores sem designação específica. O Diretor Presidente será eleito através de assembleia dos acionistas. Os demais diretores poderão ser nomeados e destituídos pelo Diretor Presidente a qualquer momento a critério deste. Cabe também ao diretor presidente representação geral da companhia isoladamente com quaisquer entidades, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente; nomear procuradores, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais e autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior. O mandato da diretoria será de 3 (três) anos contados da presente data, e que nesta data firma o termo de posse que consta do anexo de **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA**, para o cargo de diretor presidente.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ante o silêncio dos presentes, encerrou os trabalhos suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos. Acionistas presentes: ***Margareth Martins de Aguiar Lima***, ***Elisa de Aguiar Lima***, ***Luiza de Aguiar Lima*** e **Frederico Luiz Bobbio Lima**, que juntamente com o presidente da mesa Frederico Luiz Bobbio Lima e o secretario Filipe Puppin Saitt Pereira Ribeiro e o advogado Nerivan Nunes do Nascimento OAB/ES 11495, assinam o presente digitalmente.

A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Vitória/ES, 01 de dezembro de 2023.

PROCESSO Nº 19523
FLS. 34
RUBRICA:

TERMO DE POSSE

"VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023 às 14:00 horas, na sede da empresa sito à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Edifício Global Tower, Sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-335, cumprindo o disposto no Estatuto Social, TOMA POSSE DA DIRETORIA da empresa **"VCP – VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A"** para o mandato iniciando-se no dia 02/10/2023, O Sr: **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA** ficando assim constituída a Diretoria.

DIRETOR PRESIDENTE: FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, domiciliado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, sala 707, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, portador da C.I. nº [redacted] expedida em 12.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] natural de Conceição da Barra/ES, nascido em 10.06.1957, filho de Paulo José Lima e Dária Bobbio de Lima, para o mandato de 3 (três) anos.

O diretor presidente **FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA**, declara sob as penas da Lei que não esta impedido de exercer administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Eleito em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2023, de conformidade com as disposições estatutárias.

Para constar, foi lavrada ata e assinada pelos presentes.
E, por estar firmado.

Vitória/ES, 01 de dezembro de 2023.

FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA
Diretor Presidente

PROCESSO Nº 19523
FLS 35
RUBRICA:

ESTATUTO SOCIAL

VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES 32.300.041.507

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1°: DENOMINAÇÃO

Sob a denominação de **"VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A."**, é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo disposto neste estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2°: ENDEREÇO DA SEDE

A companhia tem sede e foro na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n° 955, Sala 707, Enseada do Suá - Vitória/ES, CEP. 29050-335, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral.

Artigo 3°: ATIVIDADES DA EMPRESA

A Companhia tem por objeto a atividade de holding de instituições não financeiras e outras sociedades de participação, exceto holdings.

Artigo 4°: PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 5°: CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado conforme boletim de subscrição em moeda corrente nacional é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações preferenciais e 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias, sem valor nominal.

PROCESSO Nº 19523
FLS 36
RUBRICA

Parágrafo 1° - Cada ação ordinária equivalerá 1 (um) voto na Assembleia Geral.

Parágrafo 2° - As ações preferenciais terão as seguintes características: (I) não conceder a seu acionista o direito de voto em quaisquer deliberações da companhia; (II) conceder prioridade aos acionistas no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia; e (III) são conversíveis na mesma qualidade de ações ordinária mediante deliberação dos acionistas da companhia.

Parágrafo 3° - A Companhia poderá contratar o serviço de ações escriturais junto à instituição financeira autorizada, situação em que as ações serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, podendo, nesse caso, ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3° do art. 35 da Lei n° 6.404/76.

Parágrafo 4° - A Companhia poderá emitir debêntures simples ou conversíveis em ações, por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 5° - Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei n° 6404/76, sendo certo que tais aumentos poderão ser realizados mediante subscrição pública ou privada de ações, por conversão de debêntures ou incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.

Parágrafo 6° - O pagamento dos dividendos e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital, quando for o caso, realizar-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o primeiro, contado da sua declaração, a segunda, contada da publicação da ata respectiva na forma da lei, salvo se a assembleia geral, quanto ao dividendo, determinar que este seja pago em prazo superior, mas no curso do exercício social em que for declarado.

PROCESSO Nº 19523
FLS 37
RUBRICA

Parágrafo 7° - As ações participarão dos dividendos do exercício em que forem emitidas da seguinte forma: (i) as ações subscritas até 30 de junho de cada exercício farão jus aos dividendos integrais do referido exercício social; (ii) as ações subscritas a partir de 1° de julho de cada exercício farão jus a metade dos dividendos distribuídos no referido exercício social.

Artigo 6° - A companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante deliberação dos acionistas, que fixarão o número de ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação.

Parágrafo Único - A diretoria poderá aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas se a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle.

CAPÍTULO III
Da Administração

Artigo 7° - A administração normativa da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto social.

SEÇÃO I
Da Diretoria

Artigo 8° - A Diretoria é composta de 1 (um) membro e no máximo 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores, se nomeados, Diretores sem designação específica. O Diretor Presidente será eleito através de assembleia dos acionistas. Os demais diretores poderão ser nomeados e destituídos pelo Diretor Presidente a qualquer momento a critério deste. Cabe também ao

PROCESSO Nº 19523
FLS 38
RUBRICA

diretor presidente representação geral da companhia isoladamente com quaisquer entidades, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente; nomear procuradores, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, desconta e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais e autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior.

Parágrafo 1° - O prazo de gestão de cada Diretor será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Parágrafo 2° - O Diretor, findo o prazo de gestão, permanecerá no exercício do respectivo cargo, até a eleição e posse do novo Diretor.

Parágrafo 3° - Em caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor será substituído, por designação dos acionistas.

Artigo 9° - Além das atribuições previstas neste Estatuto Social, compete à Diretoria:

a) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelos acionistas;

b) elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, quando assim solicitados pelos acionistas;

c) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia;

d) submeter aos acionistas o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que os membros se referirem;

e) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos.

PROCESSO Nº 19523
FLS 39
RUBRICA

Artigo 10° - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados, devendo, ainda, conter prazo determinado, salvo nos casos de outorga de poderes da cláusula "ad judicia".

Artigo 11° - A remuneração da Diretoria será fixada global e anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1° do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 1° - A verba para honorários "pró-labore" paga em duodécimos, assim como a de participação, será partilhada ao Diretor, por deliberação dos acionistas, consignada, por termo, no livro próprio.

Parágrafo 2° - O empregado de alto nível, eleito pelos acionistas para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso, passando a receber honorários e eventual participação nos lucros na forma estabelecida neste estatuto, ficando-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado, de acordo com a legislação social vigente.

Artigo 12° - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer dos seus acionistas.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos.

CAPÍTULO V

Das Assembleias Gerais

Artigo 13° - A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á:

a) Ordinariamente nos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social para:

PROCESSO Nº 19523
FLS 40
RUBRICA

I - Tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso;

III - Fixar a remuneração dos administradores.

b) Extraordinariamente, sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas.

Artigo 14° - A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um dos diretores. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia.

Artigo 15° - Os anúncios de convocação, publicados na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social

Artigo 16° - O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 17° - Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Artigo 18° - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

PROCESSO Nº 19523
FL. 91
RUBRICA:

ESTATUTO SOCIAL

VCP - VITÓRIA CAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 32.207.884/0001-46

NIRE/JUCEES 32.300.041.507

Artigo 19° - A Diretoria apresentará à Assembleia Geral para aprovação proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;

b) Importância destinada a formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;

c) Montante destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar;

d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 20° - A Companhia, por deliberação dos acionistas, poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 21° - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Parágrafo Único - Os acionistas nomearão o liquidante e a assembleia geral determinará o modo de liquidação.

CAPÍTULO VIII

Disposição Geral

PROCESSO Nº 19523
FLS 92
RUBRICA:

Artigo 22° - A Companhia, a qualquer tempo, objetivando aperfeiçoar seus serviços e adaptar-se às novas técnicas de administração, poderá adotar processos mecânicos de emissão e autenticação de documentos de efeitos mercantis, obedecendo a padrões e sistemas consagrados em usos e praxes em vigor.

Vitória-ES, 01 de Dezembro de 2023.

O presente é assinado digitalmente pelos acionistas **Margareth Martins de Aguiar Lima**, **Luiza de Aguar Lima**, **Frederico Luiz Bobbio Lima** e **Elisa De Lima Aguiar**.

PROCESSO Nº 19523
FLS 43
RUBRICA:

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VCP - VITORIA CAPITAL PARTICIPACOES S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
[redacted]	FILIPE PUPPIN SAITT PEREIRA RIBEIRO
	NERIVAN NUNES DO NASCIMENTO
	FREDERICO LUIZ BOBBIO LIMA

JUCEES

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/12/2023 08:29 SOB Nº 20231861176.
PROTOCOLO: 231861176 DE 27/12/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12318378749. CNPJ DA SEDE: 32207884000146.
NIRE: 32300361507. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/12/2023.
VCP - VITORIA CAPITAL PARTICIPACOES S/A

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROCESSO Nº 19523
FLS 44
RUBRICA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ES

NOME
AFONSO MARCHIORI POLIDO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
3865621 SSP ES

CPF [redacted] DATA NASCIMENTO

FILIAÇÃO
ALASCIOILTON DIAS POLIDO

ANDRESSA MARIA MARCHIORI PO LIDO

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06947100755

VALIDADE
13/12/2031

1ª HABILITAÇÃO
07/11/2017

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2318734532



OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
VITORIA, ES

DATA EMISSÃO
13/12/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN | CONTRAN

2318734532

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

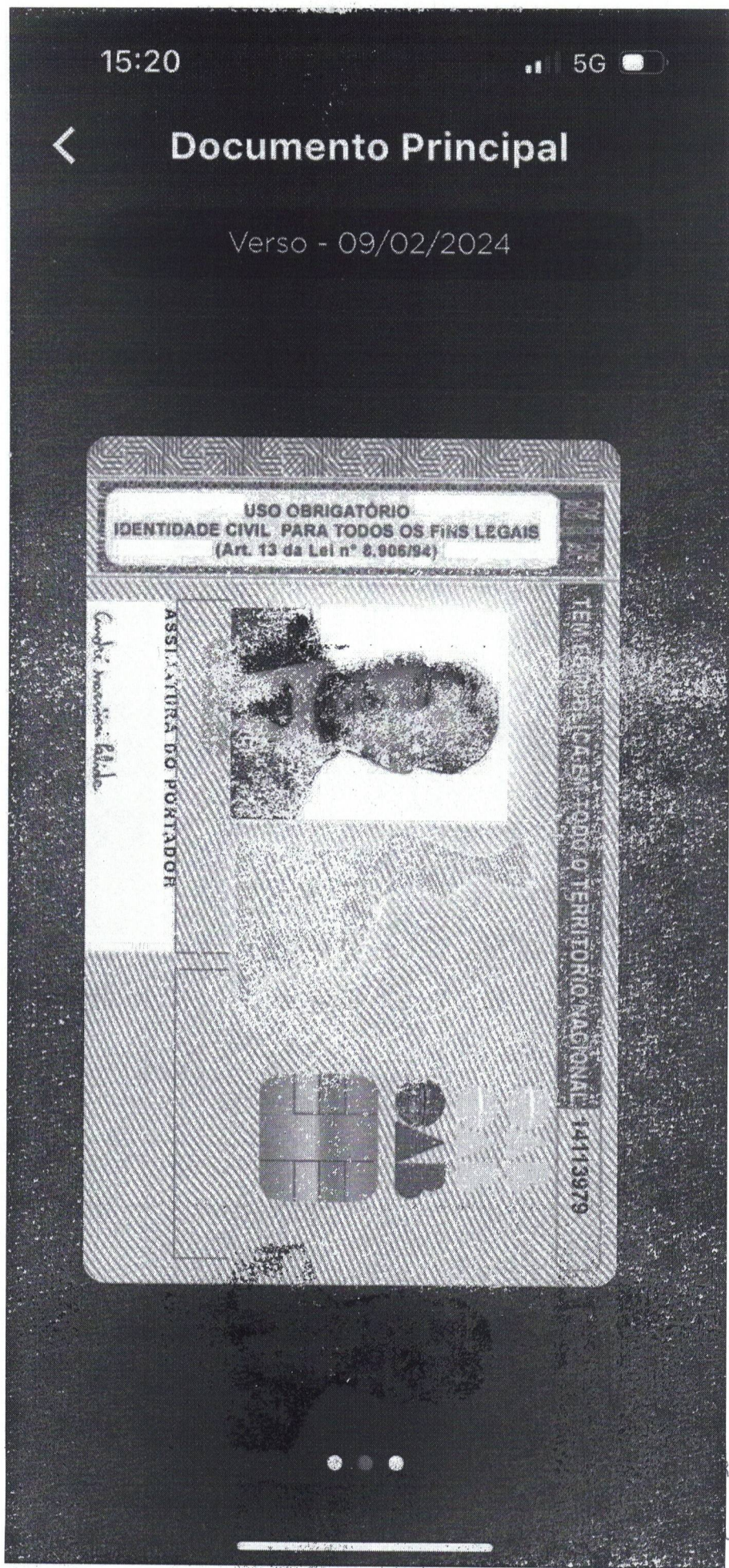
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

PROCESSO Nº 19523
FLS 45
RUBRICA:

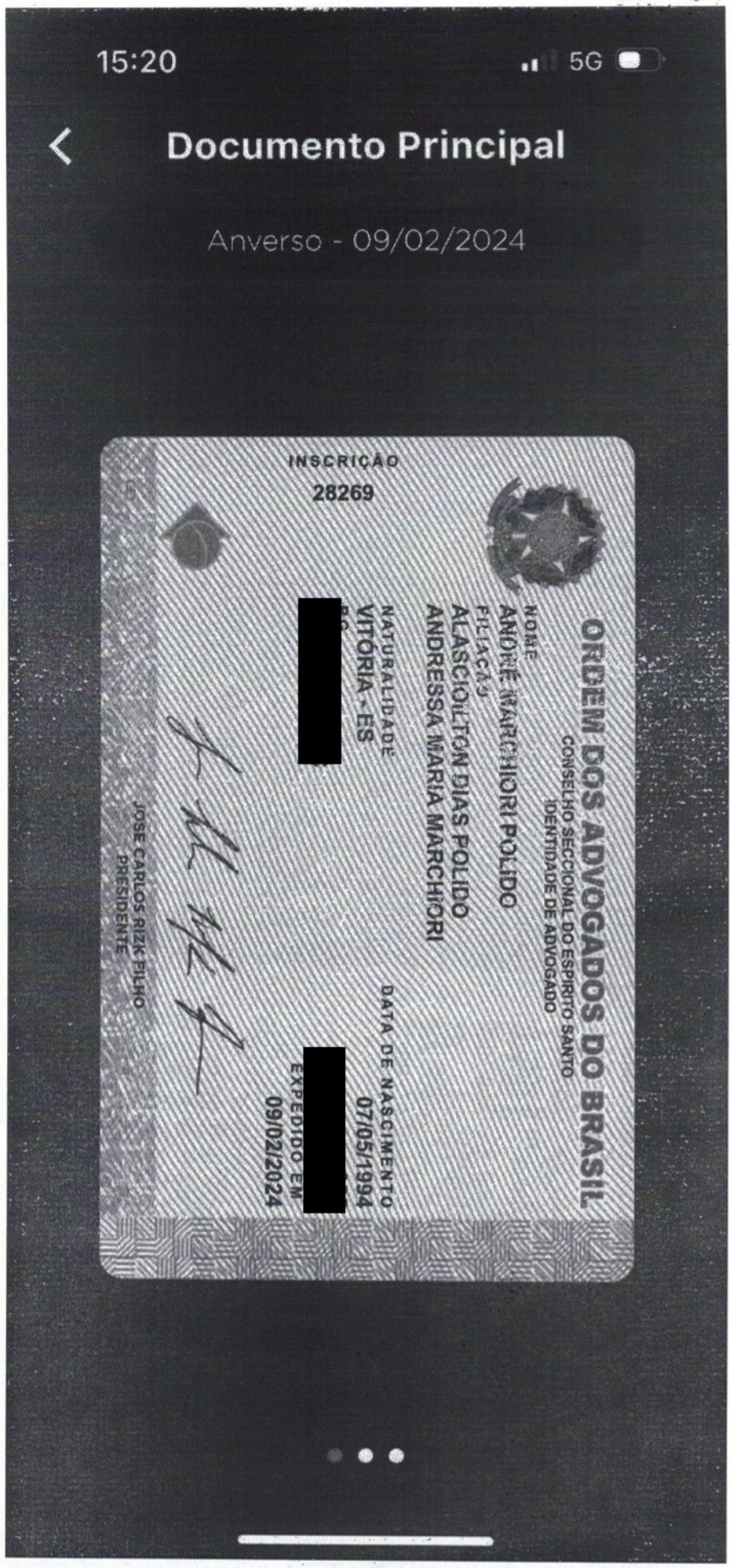
v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:36 que o documento da hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186a82485ceac7b63e712dca3dd3 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e685a1f22910acb7 6e066ca e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



PROCESSO Nº 19523
FLS. 96
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

PROCESSO Nº 19523
FLS. 47
RUBRICA

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256) f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain 0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

PROCESSO Nº 19523
FLS 98
RUBRICA:

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256) f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain 0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
32.207.884/0001-46 MATRIZ		07/12/2018

NOME EMPRESARIAL VCP - VITORIA CAPITAL PARTICIPACOES S/A

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
AV NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	955	SALA 707 EDIF GLOBAL TOWER

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF
29.050-335	ENSEADA DO SUA	VITORIA	ES

ENDEREÇO ELETRONICO	TELEFONE
FILIPE.PUPPIN@VCPSA.COM.BR	(27) 9524-1160

ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	07/12/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

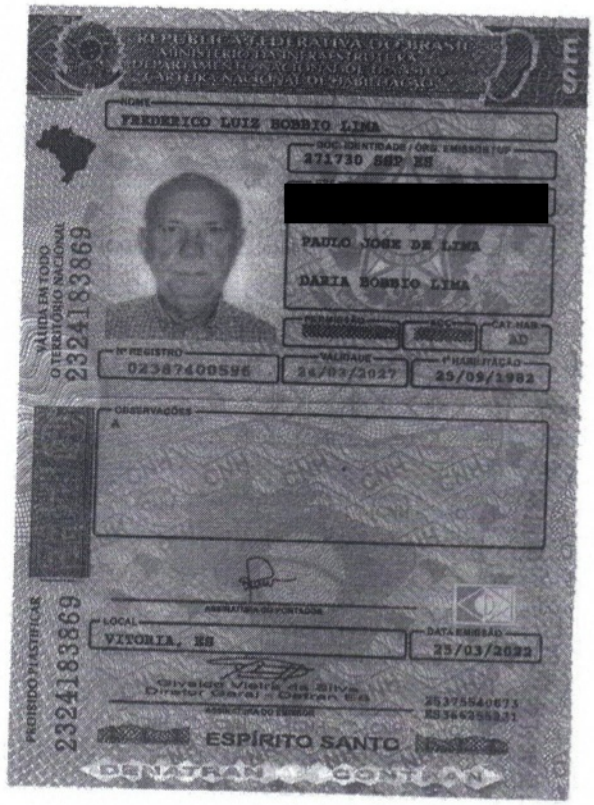
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/07/2026** às **14:59:16** (data e hora de Brasília).

PROCESSO Nº 19523
FLS 49
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



PROCESSO Nº 19523
FLS. 50
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5183628230

2 e 1 NOME E SOBRENOME: ERLY VIEIRA

1ª HABILITAÇÃO: 19/11/1974

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 04/05/1952, LORENA, SP

4a DATA EMISSÃO: 24/07/2026

4b VALIDADE: 23/07/2029

ACC:

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 46273980 SSP SP

4d CPF: [redacted]

5 Nº REGISTRO:

6 CAT. HAB.: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO: JOSE VIEIRA

IRENE DE JESUS VIEIRA

7ª ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		23/07/2029	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
C2			
C1E			
D2			
D1E			

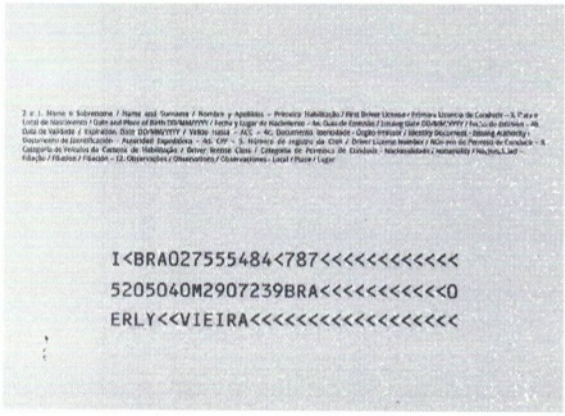
12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
10388512254
ES3840C241

LOCAL: VITORIA, ES

5183628230

ESPÍRITO SANTO



I<BRA027555484<787<<<<<<<<<<<<
5205040M2907239BRA<<<<<<<<<<<0
ERLY<<VIEIRA<<<<<<<<<<<<<<<<<<

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

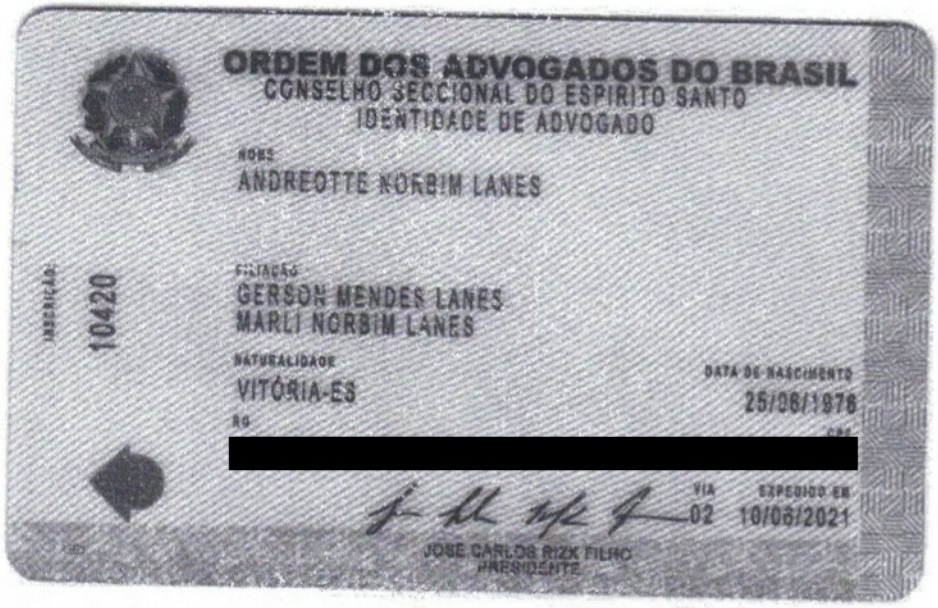
SERPRO / SENATRAN

PROCESSO Nº 19523
FLS 57
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)





PROCESSO Nº 19523
FLS. 52
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8183ad82485ccac7b30e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aaa7ea065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2765142757

2 e 1 NOME E SOBRENOME
GERVANDO THOMPSON DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO
30/12/1999

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
06/02/1980, GUARAPARI, ES

4a DATA EMISSÃO
13/03/2024

4b VALIDADE
13/03/2034

4c ACC
D

4d DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1406534 SSP ES

4d CPF
[redacted]

5 Nº REGISTRO

9 CAT. HAB.
AB

BRASILEIRO

FILIAÇÃO
GERALDO DA SILVA

ILMA THOMPSON DA SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		13/03/2034	
A1			
B		13/03/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

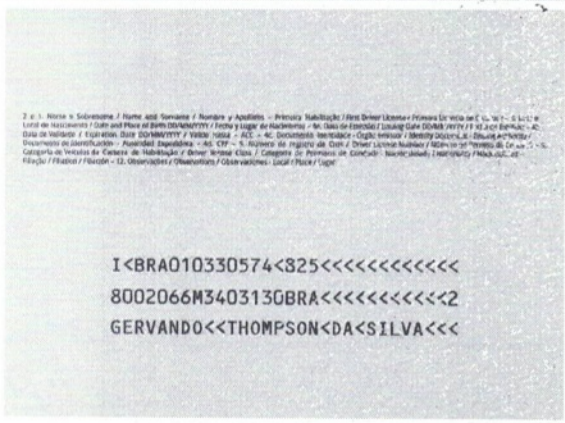
2765142757

12 OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO DIRETOR DO ÓRGÃO EMISSOR

LOCAL
VITÓRIA, ES

ESPÍRITO SANTO



I<BRA0103305748325<<<<<<<<<<<<
8002066M3403130BRA<<<<<<<<<<<2
GERVANDO<<THOMPSON<DA<SILVA<<<

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

PROCESSO Nº 19503
FLS 53
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:13:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910eae7ee065ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

PROCESSO Nº 19523
FLS. 54
RUBRICA:

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/07/2026 15:15:38 que o documento de hash (SHA-256)
f61d5f39b7159ab88fcdb35fc1a651479c3186ad82485ceac7b60e712dca3dd6 foi validado em 30/07/2026 15:15:31 através da transação blockchain
0x861e1cfbfb557e16701f7014d16f02e66c3a28bd9e865a4f22910ace7ee605ea e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326338)

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Prova de Autenticidade válida até 28/10/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **f61d5f39b7159ab88fcdb05fc1a651479c8186ad82485ceac7b60e712dca3dd6** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **326338** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"DOCTOS SÓCIOS E PROCURADORES"**, cujo assunto é descrito como **"DOCTOS SÓCIOS E PROCURADORES"**, faz prova de que em **30/07/2026 15:11:44**, o responsável **Le Card Administradora de Cartões Ltda (19.207.352/0001-40)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Le Card Administradora de Cartões Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **30/07/2026 15:15:39** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x861e1cfbfb557e16701f70f4d16f02c66c3a28bd9e885a4f22910aae7ee065ea**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

PROCESSO Nº 1952 3
FLS 55
RUBRICA:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO TABELIONATO DE NOTAS DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
Tabelião Interino

LIVRO: 1090
FOLHA(S): 050/051

PÁGINA(S): 001/003

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, na forma abaixo:

S A I B A M os que este público instrumento de procuração bastante virem, que aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (26/06/2025), nesta cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, perante mim, Escrevente, compareceu como **outorgante, LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 19.207.352/0001-40, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 629, Sala 901, Ed. Vitória Center, Centro, Vitória/ES, com seu ato constitutivo arquivado na JUCEES sob o nº nº 32203082512, em 05/11/2013 e último arquivamento sob nº 20250672766, em 27/05/2025, conforme certidão simplificada emitida em aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (29/05/2025) pela JUCEES, neste ato representada pelo pelo administrador não sócio ERLY VIEIRA, brasileiro, viúvo, engenheiro metalúrgico, nascido em 04 de maio de 1952, natural de Lorena-SP, filho de José Vieira e de Irene de Jesus Vieira, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº [redacted]-DETRAN-ES, onde consta a Carteira de Identidade nº [redacted] e inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua Elesbão Linhares, nº 515, aptº 101, Praia do Canto, Vitória-ES, com endereço eletrônico: erlyvieira@gmail.com**; através de seu representante legal, por este público instrumento, nomeia e constitui seus bastantes **procuradores, ANDREOTTE NORBIM LANES, brasileiro, casado, advogado, nascido em 25 de junho de 1976, natural de Vitória-ES, filho de Gerson Mendes Lanes e de Marli Norbim Lanes, inscrito na OAB-ES, sob o nº [redacted] onde consta a Carteira de Identidade nº [redacted] e inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua Alameda Tamandaré, nº 240, aptº 2302, Praia do Suá, Vitória-ES, com endereço eletrônico: andreotte@gmail.com; GERVANDO THOMPSON DA SILVA, brasileiro, casado, contador, nascido em 06 de fevereiro de 1980, natural de Guarapari-ES, filho de Geraldo da Silva e de Ilma Thompson da Silva, portador da Carteira Nacional de Habilitação [redacted] Registro nº [redacted] ETRAN/ES, onde consta a Carteira de Identidade nº [redacted] e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.128.887-05, residente e domiciliado na Rua do Céu, nº 44, Mata da Serra, Serra-ES, com endereço eletrônico: gestor.financeiro@lecard.com.br; e RODRIGO ROCHA TEIXEIRA, brasileiro, casado, administrador, nascido em 22 de novembro de 1977, natural de Rio de Janeiro-RJ, filho de Martiniano Souza Teixeira e de Maria Elizabeth Rocha Teixeira, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº [redacted] Registro nº [redacted] DETRAN-ES, onde consta a Carteira de Identidade nº [redacted] RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua Doutor Eurico de Aguiar,**

Rua Doutor Eurico de Aguiar, 130 D - Ed. Blue Chip Business Center
Conj. 10-13 – Praia do Canto - Vitória/ES – CEP 29.055-280
Tel.: (27) 3345-1042 | e-mail:cartorio@3oficiovitoria.com.br
www.3oficiovitoria.com.br

PROCESSO Nº 19503
FLS. 56
RUBRICA

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 02/08/2026 17:04:14 que o documento de hash (SHA-256)
fe5a465839f3a6ddca0c6135efb90b7c893050a02f7ae647ed2decd19d15b933 foi validado em 02/08/2026 17:02:58 através da transação blockchain
0x229e8cb3e7963b9566e7454db5726e7c84918a968c284daf100838e211738a67 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326508)

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Prova de Autenticidade válida até 31/10/2026

nº 75, aptº 1201, Praia do Canto, Vitória-ES, com endereço eletrônico: rodrigo.teixeira@lecard.com.br; aos quais confere poderes especiais para, **EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE**, representar a Outorgante perante quaisquer Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, da Administração direta ou indireta, Autarquias e outros, em todo o Território Nacional, em todas as modalidades de licitações, podendo para tanto, retirar editais, promover cadastramentos, apresentar documentações, assinar propostas comerciais, declarações, atestados, contratos e ata de registro de preços relacionados à área comercial e de vendas, serviços de administração e fornecimento de cartões, eventuais aditivos, oferecer lances verbais de negociações de preço nas modalidades de editais e de pregões, participar das sessões públicas de habilitação e julgamento, assinar atas, vistar documentos, formular impugnações, propor e renunciar o direito de recursos e por fim firmar todo e qualquer documento indispensável em todas as fases licitatórias; confere poderes para constituir advogados com poderes "ad judicia"; e substabelecer com ou sem reserva de poderes. Outrossim, aos Municípios, autarquias e demais entidades de Direito Público, notadamente Ministério Público, Ministério do Trabalho e Secretárias da Fazenda, Órgãos de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica como SOE, PROCON e similares Tribunais de Contas da União e dos Estados: abrangendo obviamente a representação o requerimento de certidões, a vista e a cópia de processos e procedimentos administrativos (inclusive inquéritos e processos tributários administrativos) Ad postremum, aos OUTORGANTES confere os OUTORGADOS poderes para representação perante a parte contrária extensivo á requisição de documentos particulares; podendo inclusive substabelecer, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato. **O PRESENTE MANDATO É VALIDO POR 02 (DOIS ANOS) A PARTIR DESTA DATA, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**. **Declarações Finais**: Conforme Provimento 13/2024 – Artigo 1°, publicado no Diário da Justiça em 07/01/2025, expedido pelo Desembargador Dr. William Silva, MM. Corregedor Geral da Justiça deste Estado, "As partes foram informadas por esta serventia da proibição e ilegalidade de concessão de descontos ou comissões na cobrança dos emolumentos, nos termos dos artigos 6°, inciso XVIII e 7°, incisos III e IV do Provimento da CGJ/ES nº 07/2024 (Código de ética e de conduta dos responsáveis pelas serventias extrajudiciais do Estado do Espírito Santo), sem prejuízo da apuração de condutas que constituam falta disciplinar, nos termos da lei e dos regulamentos da Corregedoria Geral da Justiça, ficando ressalvadas as hipóteses legais". O(A) outorgante declara que: a) conforme Provimento nº 88/2019 do CNJ, não se enquadra na condição de pessoa exposta politicamente, familiar ou estreito colaborador, nos termos da Resolução COAF nº 29, de 28 de março de 2017; b) que concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica em conformidade com a Lei 13.709 - LGPD, ciente de que o presente instrumento poderá ser reproduzido a pedido de qualquer interessado independente de autorização expressa da parte, por se tratar de instrumento público nos termos do Artigo nº 16 da Lei 6.015/73. **Feito sob minuta apresentada.** A qualificação do procurador e a descrição do objeto da presente foram declarados

PROCESSO Nº 19523
FLS 57
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 31/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 02/08/2026 17:04:14 que o documento de hash (SHA-256) fe5a465839f3a6ddca0c6135efb90b7c893050a02f7ae647ed2bae719d155963 foi validado em 02/08/2026 17:02:58 através da transação blockchain 0x229e8cb3e7963b9566e7454db5726e7c84918a968c284daf10033eb21173ba67 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326508)

pelo outorgante, o qual se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade, bem como qualquer incorreção, isentando assim o notário de qualquer responsabilidade civil e criminal. Fica dispensada a apresentação de testemunhas instrumentais, de acordo Parágrafo Único do Artigo 634, do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Espírito Santo, aprovado pelo Provimento nº 20/2017 de 07 de Dezembro de 2017. **ASSIM O DISSE** e me pediu lhe lavrasse a presente Procuração nestas notas, a qual li em voz alta perante as partes, sendo em tudo achada conforme por aquelas que reciprocamente outorga, aceita e assina. Eu, (a) Laís Mauro Lima, Escrevente, que a digitei e subscrevi. Eu, (a) Rodrigo Sarlo Antonio, Tabelião Interino, que a fiz lavrar, subscrevi e assino em público e raso. Em Testº (sinal público) da verdade. (as) LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA representada por ERLY VIEIRA. Eu, _____, Tabelião Substituto, que a trasladei na mesma data, subscrevo e assino em público e raso.

Em Testº _____ da Verdade.

Marcio Ronald Mariani
Tabelião Substituto

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023200.YQN26O2.09653
Emolumentos: R$ 144,18 Encargos: R$ [illegible] Total: R$ 197,25
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D
Edf. Blue Chip Business Center - Conj. 10/13
Praia de Santa Helena - Vitória- ES - CEP: 29055-280
Tel.: (27) 3345-1048

Rua Doutor Eurico de Aguiar, 130 D - Ed. Blue Chip Business Center
Conj. 10-13 – Praia do Canto - Vitória/ES – CEP 29.055-260
Tel.: (27) 3345-1048 | e-mail:cartorio@3oficiovitoria.com.br
www.3oficiovitoria.com.br

PROCESSO Nº 19523
FLS. 58
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 31/10/2026
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 02/08/2026 17:04:14 que o documento de hash (SHA-256)
fe5a465839f3a6ddca0c6135efb90b7c893050a02f7ae647ed2becd19d15b933 foi validado em 02/08/2026 17:02:58 através da transação blockchain
0x229e8cb3e7963b9566e7454db5726e7c84918a968c284daf100836b211738a67 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 326508)

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Prova de Autenticidade válida até 31/10/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **fe5a465839f3a6ddca0c6135efb90b7c893050a62f7ae647ed2becd19d15b983** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **326508** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO PUBLICA"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO PUBLICA"**, faz prova de que em **02/08/2026 17:02:46**, o responsável **Le Card Administradora de Cartões Ltda (19.207.352/0001-40)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Le Card Administradora de Cartões Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **02/08/2026 17:04:14** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x229e8cb3e7963b9566e7454db5726e7c84918a968c284daf100836b211738a67**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

PROCESSO Nº 19523
FLS 059
RUBRICA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40, com sede na Avenida Princesa Isabel, 629, sala 901, Centro, Vitória/ES, CEP: 29010-360, por seu represente legal abaixo assinado.

OUTORGADOS: KARLA MARTINS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/ES sob nº. [redacted] portadora do RG nº. [redacted] SSP/ES e CPF nº. [redacted]; **CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, analista de licitação, portador do RG nº. [redacted] e CPF sob o nº. [redacted]; **PAULA FRANÇA SANTOS SMARSSARO**, brasileira, casada, assistente de licitação, portadora do RG nº. [redacted] C/ES e CPF nº. [redacted]; **LAÍS MOTA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, analista de licitação, portadora do RG nº. [redacted] SPTC/BA e CPF sob nº. [redacted]; **FELIPE TONINI MOREIRA**, brasileiro, casado, analista de licitação, portador do RG nº. [redacted] e CPF sob nº. [redacted]; **SANDRO LUIZ ZACHÉ**, brasileiro, divorciado, analista de licitação, portador do RG nº. 929.214 SPTC/ES e CPF sob nº. [redacted]; **VITÓRIA DE SOUZA SOARES**, brasileira, solteira, analista de licitação, portadora do RG nº. 3.092-122 PCI/ES CPF sob nº. [redacted]

Confere amplos poderes para promover a participação da empresa outorgante em licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer lances, propostas, impugnações, pedido de esclarecimentos, reclamações, manifestar intenção e razões de recurso administrativo, propor recurso administrativo, defesa prévia, representações e denúncia no TCE, nomear representante e/ou procurador para certame licitatório de qualquer natureza, e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato extrajudicial.

Vitória/ES, 22 de janeiro de 2026.

ERLY VIEIRA [redacted]

Assinado de forma digital por ERLY VIEIRA:22828141691
Dados: 2026.01.23 08:11:53 -03'00'

LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ/MF sob nº 19.207.352/0001-40
p/p ERLY VIEIRA
CPF [redacted]

PROCESSO Nº 19523
FLS. 60
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256) 89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d4307a551 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain 0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7ca3c18a633509c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

13015509

PROCESSO Nº 19503
FL. 61
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento do hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d4807a381 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain
0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cad0e16e9335c9c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

PROCESSO Nº 1005...
FLS. 62

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO ESPIRITO SANTO

IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO 37761

NOME
KARLA MARTINS DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
IRLANDA MARTINS DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
VILA VELHA - ES

DATA DE NASCIMENTO
04/11/1988

RG
[redacted]

CPF
[redacted]

EXPEDIDO EM
07/02/2023

JOSE CARLOS RIZK FILHO
PRESIDENTE

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d6...4807a331 foi validado em 12/07/2023 17:56:17 através da transação blockchain
0x78aa608027369...6c257bc14d1309a15cf74419e455bbb5919c... e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
1ª HABILITAÇÃO: 23/12/2017
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 05/07/1995, VITORIA, ES
4a DATA EMISSÃO: 21/10/2024
4b VALIDADE: 18/10/2034
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 3453346 SSP ES
4d CPF:
4e Nº REGISTRO:
5 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
MARLI CARDOSO DE OLIVEIRA SANTOS
7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
3315130924



	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			18/10/2034	
B1				
C				
C1				

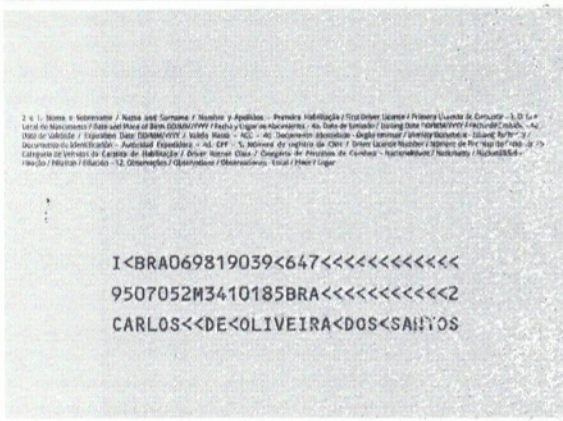
	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: VITORIA, ES

ESPÍRITO SANTO

3315130924



I<BRA069819039<647<<<<<<<<<<<
9507052M3410185BRA<<<<<<<<<<<2
CARLOS<<DE<OLIVEIRA<DOS<SANTOS

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

PROCESSO Nº 19523
FLS. 63
RUBRICA

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256) 89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272e63c4667a381 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain 0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cad0e18e033509c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DEI - DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DOCUMENTO DIGITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO





Os dados biográficos e biométricos apresentados neste documento estão contidos no documento original.

Esse é um arquivo assinado digitalmente pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Espírito Santo em conformidade com o padrão da Assinatura Digital ICP Brasil. Caso necessite acesse https://validar.iti.gov.br e faça o upload desse documento para aferir a sua conformidade.
Você também pode escanear o Código QR ao lado.

Valid

PROCESSO Nº 19523
FLS 64
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d1907a361 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain
0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cadce15e9d35000 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

SISTEMA CFA/CRAs

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

REGISTRO 27637 | DAT REG. 15/05/2018 | VIA 2ª

NOME
LAÍS MOTA DE SOUZA

HABILITAÇÃO
ADMINISTRADOR

DOC.IDENTIFICAÇÃO [redacted] | ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/BA | CPF [redacted]

Laís Mota de Souza

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75



FILIAÇÃO
ANGELINA DE JESUS MOTA SOUZA
ILDEFONSO NUNES DE SOUZA

CRA-BA

NASCIMENTO 13/10/1987 | NACIONALIDADE BRASILEIRA | NATURALIDADE SALVADOR - BA

Salvador - BA 06/05/2022
LOCAL E DATA DE EXP.

ADM. MARIA DA GRAÇA PITIÁ BARRETO
PRESIDENTE DO CRA-BA

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75

PROCESSO Nº 19503
FLS 65
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:03:05 que o documento de hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d4807a38*, foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain
0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cad0e18e935096 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ES

NOME
FELIPE TONINI MOREIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
2139277 SSP ES

CPF [redacted] DATA NASCIMENTO

FILIAÇÃO
ELIAS MOREIRA
MARIA DAS GRACAS TONINI MOR
EIRA

PERMISSÃO [redacted] ACC [redacted] CAT. HAB. B

Nº REGISTRO 04018392665 VALIDADE 25/05/2031 1ª HABILITAÇÃO 12/01/2007

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2078459561

OBSERVAÇÕES

Felipe Tonini Moreira
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL VITORIA, ES DATA EMISSÃO 25/05/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN CONTRAN

2078459561

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

PROCESSO Nº 19523
FLS. 66
RUBRICA:

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 16:00:05 que o documento de hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343abfde5ac272d63d4e07a381 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain
0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cc0e10e933509c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

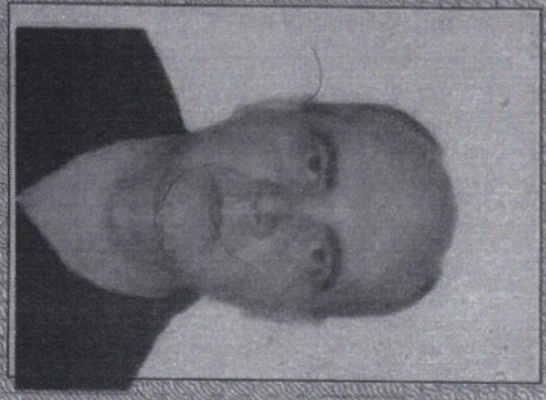
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

SPTC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO





IMPRESSÃO DATILOSCÓPICA

Sandro Luiz Zaché

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Indústria Gráfica Brasileira

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL [redacted]

DATA DE EXPEDIÇÃO 31.08.2018

NOME SANDRO LUIZ ZACHÉ

FILIAÇÃO

JORGE ANTONIO ZACHÉ E JANY SANTANA ZACHÉ

NATURALIDADE

COLATINA/ES

DATA DE NASCIMENTO

24.12.1969

DOC. ORIGEM

CAS AV DI 024620 01 55 2001 2 00050 026 0007739 91

L O RUY - VILA VELHA - ES - 20.10.2014

CPF [redacted]

Antonio Carlos das Neves

1426

ASSINATURA DO DIRETOR

PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Indústria Gráfica Brasileira

PROCESSO Nº 1952

FLS. 69

RUBRICA

FLS.

RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256)
89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d6344807a381 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain
0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cac0e18e6335509c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

Carteira de Identidade

gov.br

Compartilhado pelo aplicativo **gov.br** em 13/10/2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Espírito Santo
Secretaria da Segurança Pública

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome / Name
VITÓRIA DE SOUZA SOARES

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number [redacted]

Sexo / Sex
F

Nacionalidade / Nationality
BRA

Data de Validade / Date of Expiry
23/08/2035

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature



Filiação / Filiation
ANGELA MARIA DE SOUZA

EUDES ROBERTO SOARES

Órgão Expedidor / Card Issuer
POLÍCIA CIENTÍFICA - PCIES

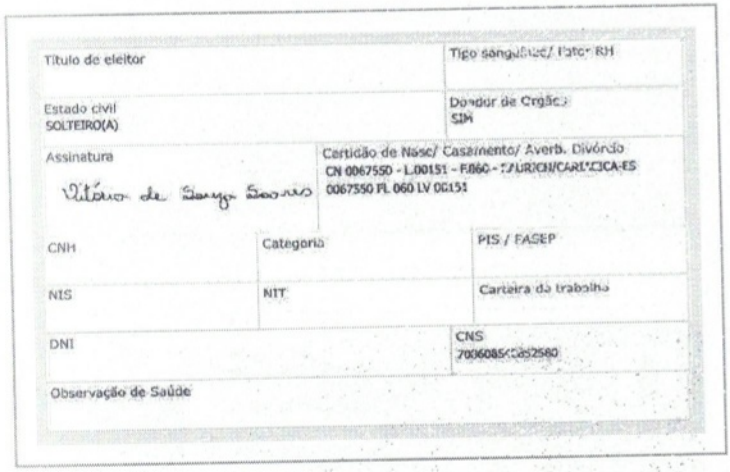
Local / Place of Issue
VITÓRIA

Data de Emissão / Issue Date
23/08/2025

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

IDBRA13875729731387572970<<<1
9903034F3508231BRA<<<<<<<<<<<6
DE<SOUZA<SOARES<<VITORIA<<<<<<



Título de eleitor		Tipo sanguíneo/ Fator RH
Estado civil SOLTEIRO(A)		Doador de Órgãos SIM
Assinatura Vitória de Souza Soares	Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio CN 006755D - L.00151 - F.066 - [illegible] 0067550 FL 060 LV 00151	
CNH	Categoria	PIS / PASEP
NIS	NIT	Carteira de trabalho
DNI		CNS 700608[illegible]2560
Observação de Saúde		

QR Code

Verifique a autenticidade da Carteira de Identidade Nacional lendo o QR code com o aplicativo Carteira Identidade Nacional.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

PROCESSO Nº 19523
FLS 63
RUBRICA

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

Assinado digitalmente por GOV.BR. Verifique a autenticidade da assinatura eletrônica em https://validar.iti.

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 12/07/2026 18:00:05 que o documento de hash (SHA-256) 89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d4607a361 foi validado em 12/07/2026 17:58:17 através da transação blockchain 0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cadCe18e933509c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 324276)

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11° Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Prova de Autenticidade válida até 10/10/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **89e556f1877c13b245499b3deedffb39ca92e1343dbfde5ac272d63d4807a381** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **324276** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO JURIDICO - MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO JURIDICO - MATRIZ"**, faz prova de que em **12/07/2026 17:57:57**, o responsável **Le Card Administradora de Cartões Ltda (19.207.352/0001-40)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Le Card Administradora de Cartões Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **12/07/2026 18:00:05** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x78aa608273896c257bc14d1309a15cf74419e455bbe9019c7cad0e18e933509c**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

PROCESSO Nº 19523
FLS. 69
RUBRICA:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
19.207.352/0001-40 MATRIZ		05/11/2013

NOME EMPRESARIAL
LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LE CARD	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PRINCESA ISABEL	629	EDIF VITORIA CENTER SALA 901

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
29.010-361	CENTRO	VITORIA	ES

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
GESTOR.FINANCEIRO@LECARD.COM.BR	(27) 2233-2000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	05/11/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/08/2026** às **09:58:21** (data e hora de Brasília).

PROCESSO Nº 19523
FLS. 70
RUBRICA:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 19523

Número de Folhas 71

A/AO Comdi

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 14 / 09 / 2026.

Assinatura do Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP 025/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 5265/2025

À SEADM,

Cumprimentando-a, servimo-nos do presente para solicitar que seja emitido parecer conclusivo no que tange ao presente IMPUGNAÇÃO.

Outrossim, mister se faz salientar que o certame em epígrafe está agendado para o dia 18 de setembro do ano corrente.

Nada mais tendo a tratar, despedimo-nos reiterando protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Araruama, 16 de setembro de 2026.

CAIO BENITES RANGEL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 19523
FLS. 72

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO Nº 19523
FLS. 73
ASSINATURA/CARIMBO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 025/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.265/2025

INTERESSADA: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

CNPJ Nº 19.207.352/0001-40

Trata-se de impugnação apresentada pela interessada em face do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 025/2026. Após exame dos argumentos apresentados, dos elementos constantes da fase preparatória e da manifestação técnica da Secretaria Municipal de Administração – SEADM, passa-se à análise e decisão dos pontos suscitados.

1. DO ARRANJO FECHADO

A Administração analisou, no planejamento da contratação, diferentes alternativas para operacionalização do benefício, incluindo arranjos aberto e fechado.

A opção pelo arranjo fechado decorreu da busca por maior controle da finalidade do benefício, rastreabilidade, segurança, fiscalização e integração entre o meio de pagamento, a plataforma de gestão e a rede credenciada.

Mantém-se, portanto, a solução tecnicamente estabelecida.

2. DOS ARRANJOS ABERTO E FECHADO

A existência de soluções de arranjo aberto no mercado foi considerada no planejamento e não foi ignorada pela Administração.

A escolha do arranjo fechado decorreu da avaliação comparativa das soluções disponíveis e das características pretendidas para o benefício.

A execução deverá, contudo, observar as normas legais e regulamentares efetivamente aplicáveis, inclusive eventuais obrigações de interoperabilidade quando incidentes.

PROCESSO Nº 195 23
FLS. 74
ATURA/

3. DA REDE CREDENCIADA LOCAL

A exigência de rede no Município possui natureza funcional e está relacionada à necessidade de assegurar acesso efetivo ao benefício pelos servidores.

Não se trata de exigência relativa à sede, domicílio ou origem da licitante.

4. DOS PERCENTUAIS DE 70% E 80%

Os percentuais constituem metas progressivas de execução, devendo ser atingidos nos prazos estabelecidos no instrumento convocatório.

Não se exige que a licitante disponha previamente desses percentuais para participar ou habilitar-se no certame.

5. DA AFERIÇÃO DA COBERTURA

O Estudo Técnico Preliminar registra que os percentuais foram definidos considerando levantamento técnico da Administração acerca da distribuição geográfica dos estabelecimentos existentes no Município.

A aferição deverá ser realizada mediante relação atualizada dos estabelecimentos credenciados e fiscalização administrativa, observando critérios objetivos, documentados e verificáveis.

6. DA FORMAÇÃO PROGRESSIVA DA REDE

A própria previsão de prazos de 3 e 6 meses evidencia que a obrigação possui natureza progressiva.

Não se exige rede integralmente formada nos percentuais finais no momento da licitação.

7. DA CAPILARIDADE

A solução foi dimensionada para aproximadamente 9.281 cartões, circunstância que demanda rede suficientemente ampla, diversificada e distribuída para assegurar utilização prática e contínua do benefício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
AV. JOHN KENNEDY, 120 – Centro / Araruama – RJ / CEP: 28.970-000
E-mail: seadm@araruama.rj.gov.br / Tel.: (22) 3666-0010

PROCESSO Nº 19523
FLS. 75
ASSINATURA/CARIMBO

8. DECISÃO

Após análise dos fundamentos apresentados e da manifestação técnica da SEADM, decide-se pela manutenção:

a) do modelo de arranjo fechado;
b) da exigência de rede credenciada no Município;
c) das metas progressivas de 70% e 80%; e
d) da obrigação de observância das normas regulatórias efetivamente aplicáveis durante a execução.

A manifestação técnica da SEADM integra a fundamentação desta decisão, naquilo que compatível com os fundamentos acima expostos.

Diante do exposto, CONHEÇO da impugnação e, no mérito, JULGO-A IMPROCEDENTE, mantendo-se as condições do instrumento convocatório, sem prejuízo dos esclarecimentos interpretativos constantes desta decisão.

Araruama, 17 de setembro de 2026

Kalimeire Camilo
Secretária Municipal de Administração